



TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

TERMO DE REFERÊNCIA

Número do Processo -
SISLOG
116328

Número do Processo -
SEI
202500005027806

Em conformidade com a Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e com o Decreto estadual nº 10.207, de 27 de janeiro de 2023, o Termo de Referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços comuns, destinado a identificar as especificações do objeto e as condições da contratação e execução, devendo conter os elementos mínimos previstos na legislação.

O Termo de Referência deve ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, após o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

O Termo de Referência deverá ser elaborado, obrigatoriamente, nas contratações de bens e serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, independente da forma de seleção do fornecedor, seja por licitação ou por contratação direta.

Tópico 1 - DADOS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Dados do Processo	Número do Processo Administrativo no Sei 202500005027806
-------------------------------	----------------------------------------------------------

1.2. Adequação Orçamentária	A presente contratação será autorizada pelo Ordenador de Despesas, com a respectiva indicação orçamentária, nos termos do Decreto estadual nº 10.207, de 27 de janeiro de 2023.
------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tópico 2 - DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Descrição resumida do objeto	Prestação de Serviços - Aquisição de inscrições para o curso: Formação de Fiscal de Obras e Manutenção Predial, a ser realizado no formato on-line, no período de 01 a 02 de setembro de 2025
2.2. Regime de fornecimento de bens ou serviços	Prestação de Serviços em parcela única, nos termos do Cronograma constante neste TR (se aplicável).
2.3. Natureza da execução do objeto	Prestação de Serviços: não continuada
2.4. Característica do objeto	Comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
2.5. Instrumento Contratual	A presente contratação será formalizada por meio de Nota de Empenho.

Tópico 3 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOS PREÇOS REFERENCIAIS

3.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:

Descrição do Item 001 Código 909 - Capacitação Profissional, participação em curso	
Informações Adicionais Formação de Fiscal de Obras e Manutenção Predial - 16 horas	
Quantidade	30
Unidade	UN
Participação	Ampla Participação
Local de Entrega	SEINFRA
Valor Total	R\$: 50.100,00

3.2. Preço Total Estimado: não sigiloso - **R\$: 50.100,00 (cinquenta mil e cem reais).**

3.3. O preço total estimado da contratação fundamenta-se conforme pesquisa de preços realizada em conformidade com o Decreto estadual nº 9.900, de 07 de julho de 2021.

3.4. Os preços estimados especificados neste Termo de Referência, unitários, totais e global, correspondem aos preços máximos nos quais o objeto poderá ser adjudicado. Não será admitida a adjudicação do objeto por preços (unitário e global) superiores aos especificados neste Termo de Referência.

Tópico 4 - DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. O objeto contratado deverá atender às especificações e a descrição como um todo, abaixo apresentadas:

Aquisição de inscrições para o curso: Formação de Fiscal de Obras e Manutenção Predial, a ser realizado no formato on-line, no período de 01 a 02 de setembro de 2025.

4.2. O principal objetivo desta contratação é promover a capacitação de 30 (trinta) servidores da Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA, que atuam na gestão e fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia, de modo a assegurar maior eficiência, segurança jurídica e padronização nos processos de acompanhamento contratual. Busca-se, com isso, fortalecer a governança institucional, reduzir riscos de falhas técnicas e administrativas, prevenir responsabilizações pessoais e institucionais, além de garantir a correta aplicação dos recursos públicos, em consonância com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e as melhores práticas de gestão pública.

4.3. Espera-se que a capacitação dos servidores públicos da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINFRA) proporcione o aprimoramento técnico e jurídico necessário para o desempenho eficiente das funções de gestão e fiscalização de contratos de obras e serviços de engenharia.

Com a formação ofertada, almeja-se:

Adoção de práticas padronizadas e mais seguras no acompanhamento de contratos;

Redução de riscos de falhas técnicas, administrativas e jurídicas;

Maior segurança no processo decisório dos fiscais e gestores;

Prevenção de prejuízos financeiros e de responsabilizações institucionais e pessoais;

Disseminação do conhecimento entre diferentes áreas da Secretaria, fortalecendo a governança e a cultura organizacional;

Cumprimento das diretrizes legais e das boas práticas de integridade e eficiência na Administração Pública.

Tópico 5 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação de Prestação de Serviços - Aquisição de inscrições para o curso: Formação de Fiscal de Obras e Manutenção Predial, a ser realizado no formato on-line, no período de 01 a 02 de setembro de 2025 está fundamentada nos termos do [ETP - Estudo Técnico Preliminar].

5.2. Em síntese, a contratação pretendida justifica-se pela necessidade de capacitar os servidores públicos da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINFRA) para o adequado desempenho das funções de fiscalização e gestão de contratos de obras e serviços de engenharia, atividade que exige conhecimento técnico multidisciplinar, segurança jurídica e padronização de procedimentos.

Trata-se de medida essencial para fortalecer a governança institucional, mitigar riscos administrativos, técnicos e financeiros, assegurar a conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e garantir a correta aplicação dos recursos públicos, promovendo eficiência, economicidade e maior qualidade na entrega das políticas públicas de

infraestrutura.

5.3. A contratação do serviço descrito neste estudo é possível pela previsão expressa no art. 74, inciso III, "f", da Lei nº 14.133/2021, especificamente à inscrição de servidores em curso, congressos e atividades afins, comumente conhecidas como pagamento de taxa de inscrição.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

5.4. Os servidores selecionado irá disseminar o conhecimento adquirido entre os colegas de trabalho. Esses treinamentos devem ser planejados para maximizar o alcance, garantindo que as informações sejam compartilhadas com os servidores da área.

5.5. Os critérios objetivos, claros e impessoais utilizados para a concessão da vaga foram definidos com o objetivo de garantir transparência e equidade no processo de seleção dos servidores que irão participar da capacitação online “Formação de Fiscal de Obras e Manutenção Predial – 16 horas”. Esses critérios incluem:

Exercício atual ou futuro de função de fiscal ou gestor de contratos de obras e serviços de engenharia;

Lotação em unidades da SEINFRA com demandas diretas relacionadas à execução, acompanhamento ou fiscalização de obras e serviços de manutenção predial;

Relevância da capacitação para o desempenho das atribuições do cargo ou função;

Disponibilidade e comprometimento do servidor em participar integralmente da capacitação, considerando a carga horária de 16 horas;

Equilíbrio na distribuição das vagas entre diferentes unidades e áreas da Secretaria, evitando concentração em um único setor;

Critério de desempate: tempo de atuação na função de fiscal/gestor ou, na ausência, indicação da chefia imediata com justificativa fundamentada.

5.6. Convém enfatizar que por ter sido esta Secretaria da Infraestrutura recentemente criada no ano de 2023, foi feito o levantamento da necessidade de capacitação já previsto no PCA deste ano.

5.7. A vaga foi concedida respeitando o limite orçamentário disponível, garantindo uma gestão responsável dos recursos públicos e alinhamento com as prioridades estratégicas da Secretaria.

5.8. Destaca-se o cronograma, que corroboram a expertise da contratada em relação ao preposto:

Conteúdo Programático

INTRODUÇÃO / CONTEXTUALIZAÇÃO

Hermenêutica jurídica na fiscalização e gestão de contratos Princípios fundamentais aplicáveis a contratações públicas O papel da jurisprudência na orientação do fiscal Poder vinculado e poder discricionário: como motivar decisões Teoria da responsabilização: até onde vai a responsabilidade do fiscal Regra da diligência: critérios para atestar uma fiscalização de obras diligente

ESCOLHA DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal x gestor do contrato Competências da equipe de fiscalização Necessidade de ART Contratação de terceiros Contratos de supervisão: possibilidade ou obrigatoriedade Contratação de empresas de supervisão Limites de aditamento para contratos de supervisão Redução da equipe de supervisão de acordo com o andamento da obra Papel do fiscal: controle do escopo, qualidade, custo e prazo

PROCEDIMENTOS E CUIDADOS NO CUMPRIMENTO DO CONTRATO E NAS MEDIÇÕES

Definição de liquidação de despesas Avaliação do fiel cumprimento do contrato Manutenção das condições de habilitação Documentos mínimos para a medição Avaliações de qualidade Avaliações de quantidade Diferenças de medição em empreitadas por PREÇO GLOBAL e por PREÇO UNITÁRIO Necessidade de aditivos em caso de variação quantitativa Química contratual Contratos verbais com a administração Medição dos serviços de mobilização Medição dos serviços de instalação do canteiro de obras Medição dos serviços de administração local Medição dos serviços de terraplenagem Principais erros e desvios verificados pelo TCU em serviços de terraplenagem Como lidar com a modificação das distâncias médias de transporte Como lidar com a modificação da tecnologia construtiva por parte do empreiteiro Como lidar com a modificação no consumo dos materiais Como lidar com a modificação na produtividade dos serviços Jurisprudência do TCU

PRAZO DA OBRA E ATRASOS NO CRONOGRAMA

Motivação do prazo da obra Metodologia PERT/CPM Responsabilidade da administração pelo atraso: o que fazer Responsabilidade da empreiteira pelo atraso: o que fazer Atrasos em caso de força maior ou caso fortuito: o que fazer Impacto das chuvas nos atrasos: o que fazer

DIÁRIO DE OBRAS

Elementos mínimos de um diário de obras Como construir um diário de obras

FISCALIZAÇÃO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

Novo entendimento do STF Passo a passo no cumprimento da IN MPOG 06/2018 (novidade!) Definição amostral da fiscalização passo a passo Entendimentos do TCU sobre o impacto dos encargos trabalhistas no orçamento da obra

APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Multas x Acordos de nível de serviço Discricionariedade x vinculação na aplicação de penalidades Tipos de sanção Novidades na Lei 14.133/2021 Procedimentos e competências para aplicação de sanções Recursos Sanções advindas da Lei Anticorrupção e os deveres do fiscal

<p>ADITIVOS CONTRATUAIS, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO</p> <p>Teoria das áleas Teoria da imprevisão</p> <p>Alterações quantitativas x alterações quantitativas Forma de cálculo dos 25% contratuais Extrapolação dos 25% contratuais</p> <p>Jogo de planilhas Aditivos de prazo</p> <p>Alterações tributárias (especialmente o ISS, o IRPJ e a CSLL Impacto das chuvas nos aditivos</p> <p>Reajuste e repactuação na NLL: procedimentos práticos</p>
<p>ITENS NOVOS NO ORÇAMENTO DA OBRA</p> <p>Parametrização e negociação de preços com a contratada</p> <p>Critérios de aceitabilidade de preços novos e fundamentos de engenharia de custos</p> <p>Custos diretos, custos indiretos e BDI</p> <p>Sinapi/Sicro</p> <p>Cuidados na parametrização de custos dos materiais Cuidados na parametrização de custos da mão de obra Cuidados na parametrização de custos dos equipamentos</p> <p>Cuidados na parametrização de custos do BDI</p>
<p>ENTREGA DA OBRA</p> <p>Recebimento provisório Recebimento definitivo</p> <p>Formação de equipes de recebimento</p> <p>Exceções á necessidade do recebimento provisório Procedimentos em caso da recusa no recebimento</p> <p>Garantia por vícios que comprometam a segurança e a estabilidade da obra Definição de responsabilidade objetiva</p> <p>Causas de excludente de responsabilização objetiva</p> <p>Vícios que comprometam a habitabilidade da construção e a questão da garantia</p>
<p>TÓPICOS ESPECIAIS PARA FISCALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL</p> <p>Particularidades das modelagens contratuais de manutenção Como lidar com a incerteza de quantitativos</p> <p>Elementos mínimos de medição e de ordens de serviço Acordos de nível de serviço</p> <p>O papel do gestor do contrato, do fiscal técnico e do fiscal administrativo</p> <p>Acompanhando o modelo de execução do objeto</p> <p>Exigibilidades na fiscalização trabalhista</p> <p>Recebimento provisório e definitivo em contratos continuados Relatório final de contrato</p>

Tópico 6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O objeto da contratação deve seguir todos os requisitos e padrões regionais ou nacionalmente estabelecidos.

Tópico 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7. O objeto contratado deverá ser entregue ou prestado mediante o cumprimento das seguintes condições:

Prazo de entrega ou prestação de serviço:

7.1. O prazo de entrega do objeto ou prestação do serviço contratado é de 60 dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço ou Fornecimento, emitida pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato.

7.1.1. Caso não seja possível a entrega na data determinada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo possa ser analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

Local de entrega ou prestação de serviço:

7.2. O objeto contratado deverá ser prestado com transmissão ao vivo, via internet.

Tópico 8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Responsabilidade do Fornecedor

8.1. Não obstante o Fornecedor ser o único responsável pela entrega do objeto ou prestação de serviço, a Administração se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento ou prestação de serviço, nos termos da legislação aplicável.

8.2. O Fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

Comunicação

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Fornecedor serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de notificação ou mensagem eletrônica registrada no sistema SISLOG destinada a esse fim, realizadas pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, formalmente designado.

Reunião inicial do contrato

8.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Fornecedor para reunião inicial para apresentação do Plano de Gestão do Contrato, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Registro de Ocorrências

8.5. Serão registradas todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Gestão e fiscalização do contrato

8.6. O contrato será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, ou seus respectivos substitutos, formalmente designados nos termos do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023, responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução contratual, em todas as fases até a finalização do contrato.

8.7. O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato e será responsável pela comunicação com representantes do Fornecedor, nos termos do art. 22 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de

fevereiro de 2023.

8.8. O Gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, aos atos preparatórios à instrução processual e encaminhará a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à alteração, prorrogação ou rescisão contratual ou para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

Fiscalização Técnica

8.9. O Fiscal Técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, segundo suas atribuições descritas no art. 23 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

8.10. O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nas condições contratuais e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital para o pagamento, com possibilidade de solicitar o auxílio ao Fiscal Administrativo ou Setorial, e ainda informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a ocorrência relevante que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência ou a existência de riscos quanto à conclusão da execução do objeto contratado que estão sob sua responsabilidade.

Fiscalização Administrativa

8.11. O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e ao controle do contrato no que se refere a revisões, reajustes, repactuações e providências nas hipóteses de inadimplemento, segundo suas atribuições descritas no art. 24 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

Verificação da manutenção das condições de habilitação do Fornecedor

8.12. O Fornecedor deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

8.13. Constatando-se a situação de irregularidade do Fornecedor, o Gestor deverá notificar o Fornecedor para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justo e a critério da Administração.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual por meio de processo administrativo, assegurado ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto durante o prazo concedido para a regularização, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Tópico 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O objeto contratado sera recebido nas seguintes condições:

Recebimento do objeto

9.1. Os ingressos para participação dos servidores serão encaminhados após o recebimento da Nota de Empenho ao Fornecedor.

Atesto da execução do objeto

9.2. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de atesto da execução do objeto, na forma deste Tópico, nos termos do art. 4º do Decreto estadual nº 9.561, de 21 de novembro de 2019.

9.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para atesto ou liquidação ficará sobrestado até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Administração.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto perdurar pendência na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

9.5. O prazo de atesto da execução do objeto será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

9.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado – CADFOR.

9.6.1. O Fornecedor que estiver em situação de irregularidade junto ao CADFOR deverá entregar juntamente com a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, os documentos que porventura estiverem vencidos para fins de atualização pelo CADFOR.

9.7. A equipe de fiscalização do contrato realizará consulta ao CADFOR, bem como no Cadastro de Inadimplentes – CADIN estadual, para verificar a manutenção das condições de habilitação.

9.7.1. Caso seja constatado que o Fornecedor esteja em situação de irregularidade perante o CADFOR, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhar ao Gestor do Contrato os documentos que porventura estiverem vencidos, ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

9.7.2. Caso seja constatado que o Fornecedor esteja em situação de irregularidade perante o CADIN estadual, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

9.7.3. Os prazos referidos neste item poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, a critério da Administração.

9.7.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração comunicará à Controladoria-Geral do Estado a inadimplência do Fornecedor.

9.7.5. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, assegurado o contraditório e a ampla defesa, por meio de processo administrativo a ser instaurado.

9.7.6. Se o Fornecedor não regularizar sua situação no CADFOR e/ou no CADIN, e havendo a efetiva prestação dos serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, salvo nas hipóteses em que houver indícios das infrações administrativas previstas na Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, caso em que a retenção dos créditos não excederá o limite dos prejuízos causados à Administração.

9.8. O Gestor do Contrato deverá disponibilizar a nota fiscal, com seu respectivo atesto, ao setor financeiro, em até 5 (cinco) dias após o atesto.

Liquidação da Despesa

9.9. O registro da liquidação da despesa no Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SIOFINET deverá ser realizado pelo setor financeiro em até 15 (quinze) dias após o atesto da execução do objeto.

9.10. Para fins de liquidação, o setor financeiro deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade e a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão ou entidade da Administração;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Prazo de Pagamento

9.11. O pagamento será realizado de forma Em parcela única no valor total do item/lote efetivamente executado/entregue.

9.12. O pagamento do objeto deverá ser realizado até 30 (trinta) dias após o atesto da nota fiscal e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato, nos termos deste Tópico, respeitada a ordem cronológica conforme Decreto estadual nº 9.561, de 21 de novembro de 2019.

9.13. A Administração somente efetuará o pagamento à proponente vencedora referente às Notas Fiscais ou documento de cobrança equivalente, estando vedada a negociação de tais títulos com terceiros.

9.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Fornecedor.

9.14.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.15. Nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a constatação de irregularidade no pagamento das verbas trabalhistas, previdenciárias ou relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS não impede o ingresso do crédito na ordem cronológica de exigibilidade, e a unidade contratante pode reter parte do montante devido ao Fornecedor, limitada a retenção ao valor do débito verificado.

9.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.16.1. A Contratante, ao efetuar o pagamento à Contratada, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR) ao Estado de Goiás com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

9.17. O Fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei complementar.

Reajuste em caso de atraso no pagamento

9.18. Ocorrendo atraso no pagamento em que o Fornecedor não tenha de alguma forma concorrido para a mora, os valores devidos ao Fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I / 365)$$

Onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

Tópico 10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Critério de Julgamento	Menor Preço
10.2. Forma de adjudicação	Por Item
10.3. Participação de empresas reunidas em consórcio	não é admitida a participação de empresas reunidas em consórcio
10.4. Prazo de validade das propostas	60 dias

Exigências de habilitação

10.5. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de Goiás – CADFOR, conforme orientações gerais disponíveis no link: <https://sislog.go.gov.br/>.

Subcontratação

10.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:

Responsável	Função	Telefone	Email
VALQUIRIA ALVES DE AQUINO PIRES	Integrante Técnico	62 32010000	valquiria.pires@goias.gov.br
WESLEY DA ROCHA DUARTE	Integrante Requisitante	62 32015820	wesley.duarte@goias.gov.br

GOIANIA, aos 19 dias do mês de agosto de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **VALQUIRIA ALVES DE AQUINO PIRES, Assessor (a)**, em 19/08/2025, às 14:20, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **WESLEY DA ROCHA DUARTE, Gerente**, em 19/08/2025, às 14:44, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1** informando o código verificador **78487573** e o código CRC **94E68EA9**.

SISTEMA DE LOGÍSTICA DE GOIÁS
AVENIDA ANHANGUERA Nº 609, , - Bairro SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO -
GOIANIA - GO - CEP 74610-250 - (62)3201-8795.



Referência: Processo nº 202500005027806



SEI 78487573